

O capitalismo criou a catástrofe climática; o socialismo pode evitar o desastre | Carta Semanal 35 (2022)



George Bahgoury (Egito), *Sem título*, 2015.

Queridos amigos e amigas,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Em novembro de 2022, a maioria dos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se reunirá na cidade turística egípcia de Sharm El Sheikh para a Conferência anual sobre Mudanças Climáticas da ONU. Esta é a 27ª conferência das partes para avaliar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, comumente referida como COP. O tratado ambiental internacional foi estabelecido no

Rio de Janeiro em 1992, e a primeira conferência realizada em Berlim em 1995; os acordos foram estendidos no Protocolo de Kyoto de 2005 e complementados pelo Acordo de Paris de 2015. Muito já foi dito sobre a catástrofe climática, que traz a ameaça da extinção em massa de espécies. O abandono do combustível à base de carbono foi paralisado por três principais entraves:

1. Forças de direita que negam a existência de mudanças climáticas.
2. Setores da indústria energética que têm interesse na perpetuação do combustível à base de carbono.
3. A recusa dos países ocidentais em admitir que continuam sendo os principais responsáveis pelo problema e a se comprometerem a pagar sua dívida climática financiando a transição energética nos países em desenvolvimento, cuja riqueza eles continuam a desviar.

Em debates públicos sobre a catástrofe climática, quase não há referência à Cúpula da Terra do Rio de 1992 e ao tratado que **pontuou** que “a natureza global das mudanças climáticas exige a cooperação mais ampla possível de todos os países e sua participação em uma resposta internacional eficaz e apropriada, de acordo com suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, suas respectivas capacidades e suas condições sociais e econômicas”. A frase “responsabilidades comuns, mas diferenciadas” é um reconhecimento do fato de que, embora o problema da mudança climática seja comum a todos os países e nenhum esteja imune ao seu impacto deletério, a responsabilidade dos países não é idêntica. Alguns países – que se beneficiaram do colonialismo e do combustível de carbono por séculos – têm uma responsabilidade maior pela transição para um sistema de energia descarbonizado.



Roger Mortimer (Aotearoa/Nova Zelândia), *Whariwharangī*, 2019.

Os estudos sobre o assunto são claros: os países ocidentais se beneficiaram excessivamente do colonialismo e do combustível de carbono para atingir seu nível de desenvolvimento. Os **dados** do Global Carbon Project, liderado pelo agora extinto Centro de Análise de Informações de Dióxido de Carbono do Departamento de Energia dos EUA, mostram que os EUA têm sido de longe o maior produtor de emissões de dióxido de carbono desde 1750. Sozinhos emitiram mais CO₂ que toda a União Europeia, duas vezes mais que a China e oito vezes mais que a Índia. Os principais emissores de carbono são potências coloniais, nomeadamente os EUA, a Europa, o Canadá e a Austrália, que, apesar de consistirem em cerca de um décimo da população global, respondem juntos por mais da metade das emissões globais cumulativas. A partir do século 18, esses países não apenas dispensaram a maior parte do carbono na atmosfera, mas continuam a exceder sua parcela

no orçamento global de carbono.

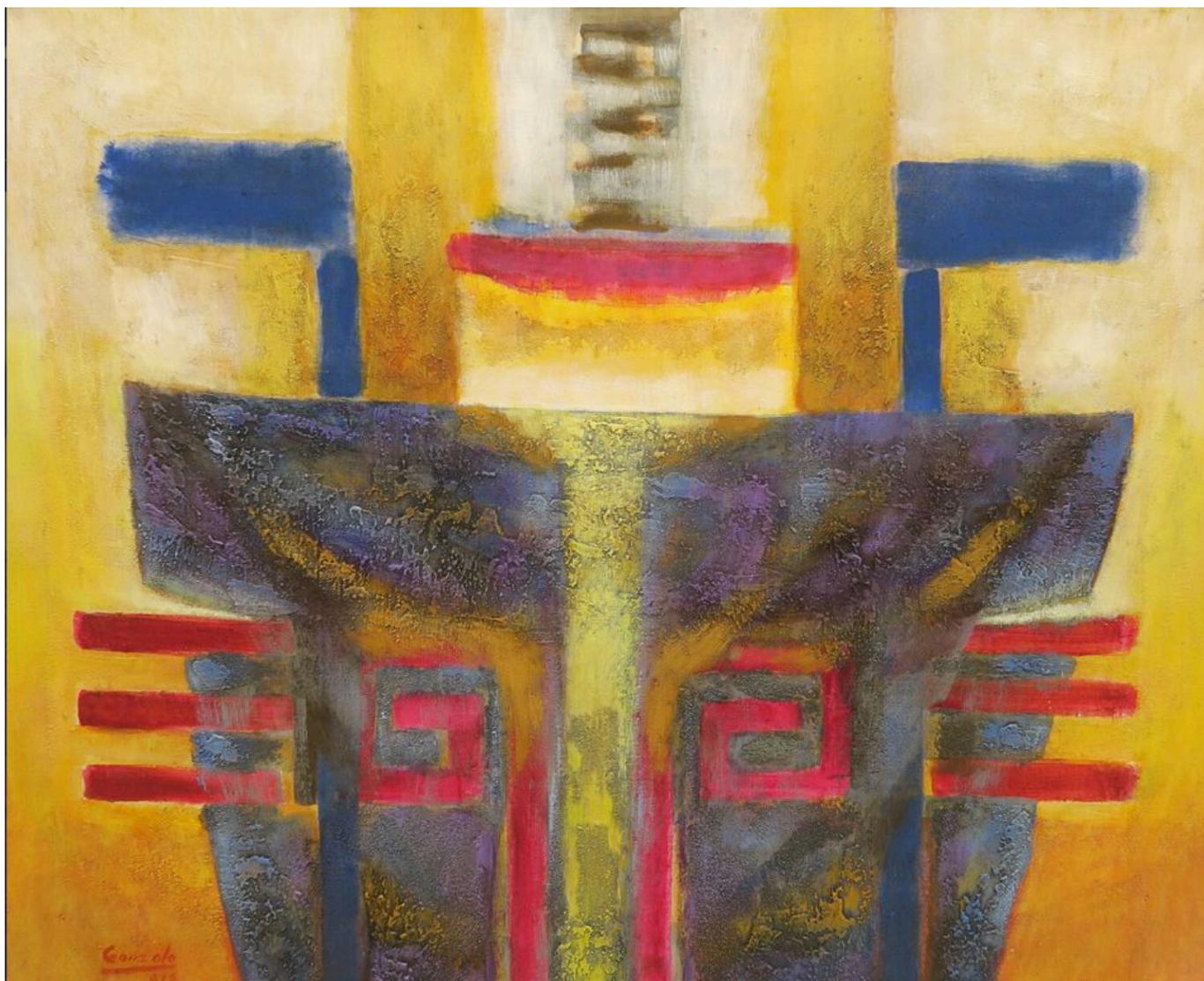
O capitalismo movido a carbono, enriquecido pela riqueza roubada pelo colonialismo, permitiu que os países da Europa e da América do Norte aumentassem o bem-estar de suas populações e atingissem seu nível relativamente avançado de desenvolvimento. As desigualdades extremas entre o padrão médio de vida na Europa (748 milhões de pessoas) e na Índia (1,4 bilhão de pessoas) é sete vezes maior do que era há um século. Apesar da dependência do carbono, particularmente do carvão, por parte da China, Índia e outros países em desenvolvimento ter aumentado a um nível alto, suas emissões per capita continuam muito abaixo das dos Estados Unidos, cujas emissões per capita são quase o dobro das da China e oito vezes mais do que as da Índia. A falta de reconhecimento do imperialismo climático leva ao fracasso em fornecer recursos adequados ao **Fundo Verde para o Clima**, criado em 2010 na COP 16 com o objetivo de ajudar os países em desenvolvimento a superar o desenvolvimento social baseado em carbono.



No nível global, os debates sobre como lidar com a crise climática frequentemente giram em torno de várias

formas de um Green New Deal (GND), como o Acordo Verde Europeu, o GND da América do Norte e o GND Global, que são promovidos por Estados-nação, organizações internacionais e diferentes setores de movimentos ambientais. Para entender e fortalecer melhor essa discussão, o escritório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em Buenos Aires, Argentina, reuniu os principais estudiosos ecossocialistas para refletir sobre os diferentes GNDs e as possibilidades de realizar uma transformação genuína para evitar a catástrofe climática. Essa discussão — com José Seoane (Argentina), Thea Riofrancos (Estados Unidos) e Sabrina Fernandes (Brasil) — já está disponível no caderno n. 3 (agosto de 2022), *A crise socioambiental em tempos de pandemia: Discutindo um Green New Deal*.

Esses três estudiosos argumentam que o capitalismo não pode resolver a crise climática, uma vez que ele é a principal causa da crise. Cem das maiores corporações do mundo são **responsáveis** por 71% dos gases de efeito estufa industriais globais (principalmente dióxido de carbono e metano); essas corporações, lideradas pela indústria de energia de carbono, não estão preparadas para acelerar a transição energética, apesar de sua capacidade tecnológica de **gerar** dezoito vezes a demanda global de eletricidade apenas pela energia eólica. A sustentabilidade, uma palavra que foi esvaziada de seu conteúdo em muitos discursos públicos, não é lucrativa para essas corporações. Um projeto social de energia renovável, por exemplo, não produziria grandes lucros para as empresas de combustíveis fósseis. O interesse de certas empresas capitalistas no GND é substancialmente motivado por seu desejo de garantir fundos públicos para engendrar novos monopólios privados para a mesma classe capitalista que possui as grandes corporações que poluem o mundo. Mas, como explica Riofrancos no caderno: “o ‘capitalismo verde’ visa mitigar os sintomas do capitalismo – aquecimento global, extinção em massa de espécies, destruição de ecossistemas – sem transformar o modelo de acumulação e consumo que causou a crise climática. É uma ‘tecno-solução’, a fantasia de mudar tudo sem mudar nada”.



Gonzalo Ribero (Bolívia), *Ancestral*, 2016.

A discussão dominante do GND emerge, como Seoane aponta, de iniciativas como o relatório Pearce de 1989, *Blueprint for a Green Economy*, que foi preparado para o governo do Reino Unido e propôs o uso de fundos públicos para produzir novas tecnologias para empresas privadas, enquanto uma solução para as crises em cascata nas economias ocidentais. O conceito de “economia verde” não era tornar a economia mais ecológica, mas usar a ideia de ambientalismo para revitalizar o capitalismo. Em 2009, durante a crise financeira mundial, Edward Barbier, co-autor do Relatório Pearce, escreveu um novo **relatório** para o Programa Ambiental da ONU intitulado, *Global Green New Deal*, que reformulou as ideias de “economia verde” como o “novo acordo verde”. Esse novo relatório mais uma vez defendeu uso de fundos públicos para estabilizar a turbulência no sistema capitalista.

Nosso caderno emerge de uma genealogia diferente, que está enraizada na **Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra** (2010) e na **Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Defesa da Vida** (2015), ambos realizados em Tiquipaya, Bolívia, e depois

desenvolvidos em encontros como o **Fórum Mundial Alternativo da Água** (2018), a Cúpula dos Povos (2017) e o Fórum da Natureza do Povo (2020). No centro dessa abordagem, que surgiu das lutas populares na América Latina, estão os conceitos de *buen vivir* e *teko porã* ('viver bem'). Em vez de simplesmente salvar o capitalismo, que é a preocupação do argumento do GND, o objetivo do nosso caderno é pensar em mudar a maneira como organizamos a sociedade; em outras palavras, avançar nosso pensamento sobre a construção de um novo sistema. Construir essas ideias, escreve Fernandes, deve envolver os sindicatos (muitos dos quais estão preocupados com a perda de empregos na transição do carbono para as renováveis) e os sindicatos rurais (afetados pela concentração de terra que destrói a natureza e cria desigualdade social).



Klay Kassem (Egito), *O casamento da sereia*, 2021.

Devemos mudar o sistema, como defende Fernandes, “mas as condições políticas hoje não são propícias a isso. A direita é forte em muitos países, assim como o negacionismo climático”. Portanto, rapidamente, os movimentos populares devem colocar uma agenda de descarbonização em cima da mesa. Quatro objetivos estão diante de nós:

1. **Decrescimento para os países ocidentais.** Com menos de 5% da população mundial, os Estados Unidos consomem um terço do papel mundial, um quarto do petróleo e do alumínio e quase um quarto do carvão. O Sierra Club **diz** que o consumo per capita dos EUA “de energia, metais, minerais, produtos florestais, peixes, grãos, carne e até água doce supera o das pessoas que vivem no mundo em desenvolvimento”. Os países ocidentais precisam reduzir seu consumo geral, reduzindo, como **observa** Jason Hickel, o “desnecessário e destrutivo” (como as indústrias de combustíveis fósseis e armas, a produção de casas pré-montadas e jatos particulares, a produção industrial de carne bovina e toda a filosofia empresarial da obsolescência programada).

2. **Socializar o setor chave da geração de energia.** Acabar com os subsídios à indústria de combustíveis fósseis e construir um setor público de energia enraizado em um sistema descarbonizado.
3. **Financiar a Agenda Global de Ação do Clima.** Garantir que os países ocidentais cumpram suas responsabilidades históricas no apoio ao Fundo Verde para o Clima, que será usado para financiar a transição justa no Sul Global em particular.
4. **Melhorar o setor público** Construir mais infraestrutura para consumo social, como mais ônibus ferroviários e elétricos de alta velocidade, para diminuir o uso de carros particulares. Os países do Sul Global terão que construir suas próprias economias, inclusive explorando seus recursos. A questão aqui não é se explora esses recursos, mas se eles podem ser **extraídos** para o desenvolvimento social e nacional e não apenas para a acumulação de capital. *Buen vivir* – viver bem – significa transcender a fome e a pobreza, o analfabetismo e os problemas de saúde, que serão desenvolvidos pelo setor público.

Nenhuma política climática pode ser universal. Aqueles que devoram os recursos do mundo devem reduzir seu consumo. Dois bilhões de pessoas **não têm acesso** à água potável, enquanto metade da população mundial não tem **acesso** a cuidados de saúde adequados. O desenvolvimento social deve ser garantido, mas esse desenvolvimento deve ser construído sobre uma base socialista sustentável.

Cordialmente,

Vijay.